

ANAIS DO
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A CIDADE E A HISTÓRIA

VOLUME II

LVI
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1974

HISTÓRIA E LINGUÍSTICA (*).

MARIA BEATRIZ NIZZA DA SILVA

do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Importa esclarecer em primeiro lugar que o recurso à Linguística por parte do historiador não é tão premente para aqueles que cultivam a demografia histórica ou a história econômica, como para aqueles que se dedicam à história política, social, e principalmente à história cultural, que é a área por nós pesquisada.

A transcrição de um texto de Lévi-Strauss contribuirá para evidenciar a necessidade de se recorrer à análise da linguagem em história da cultura:

"A linguagem surge-me como o fato cultural por excelência, e isso por várias razões; em primeiro lugar porque a linguagem é uma parte da cultura, uma dessas aptidões ou hábitos que recebemos da tradição externa; em segundo lugar, porque a linguagem é o instrumento essencial, o meio privilegiado pelo qual assimilamos a cultura do nosso grupo; (...) finalmente, porque a linguagem é a mais perfeita de todas as manifestações de ordem cultural que formam, por uma razão ou outra, sistemas, e se quisermos compreender o que é a arte, a religião, o direito, talvez mesmo a cozinha ou as regras de boa educação, devemos concebê-las como códigos formados pela articulação de sinais, segundo o modelo da comunicação linguística" (Georges Charbonnier, *Entretiens avec Lévi-Strauss*, p. 184).

As relações entre cultura e linguagem podem ser procuradas entre uma língua e uma cultura determinadas, ou então de uma maneira geral, mas em qualquer dos casos a investigação de tais re-

(*). — Comunicação apresentada à 2ª sessão de estudos, Equipe C, no dia 3 de setembro de 1973 (*Nota da Redação*).

lações é extremamente complexa pelas razões apontadas por Lévi-Strauss: a linguagem é simultaneamente um *produto* da cultura, uma *parte* da cultura e *condição* da cultura (*Anthropologie structurale*, p. 78-79).

Foi principalmente Ben'amin Lee Whorf que na sua obra *Language, thought and reality* (Nova Iorque, 1956) se deteve no estudo das relações entre cultura e linguagem e que acentuou o fato de cada língua implicar uma forma de pensamento e uma análise do real diversas das outras línguas:

"Na verdade, o pensamento é uma atividade das mais misteriosas, e é o estudo da linguagem que melhor nos permite ver claro nele. Esse estudo mostra que a forma dos pensamentos humanos é regida por leis estruturais que, por serem inconscientes, nem por isso deixam de ser inevitáveis. Um indivíduo fala portanto segundo estruturas que correspondem a sistematizações da sua própria língua, complexas e não percebidas, que facilmente podem ser postas em evidência através de uma simples comparação e de uma oposição com outras línguas, principalmente com aquelas que pertencem a uma família linguística diferente. Mesmo o seu pensamento efetua-se numa língua particular, o inglês, o sânscrito, o chinês. Cada língua é um vasto sistema de estruturas diferente dos outros, no qual existe um arranjo cultural das formas e das categorias que não só permite ao indivíduo comunicar, mas que também analisa o real, observa ou despreza tipos de relações e de fenômenos, canaliza o seu raciocínio e delimita a pouco e pouco o campo da sua consciência" (p. 186-187 da edição francesa).

Como antropólogo, B. L. Whorf foi particularmente sensível às diferenças estruturais entre, por exemplo, o nootka e o inglês que implicam necessariamente outras diferenças estruturais na percepção do real e na forma de pensamento. O historiador, que em geral trabalha no interior de uma mesma língua ou então com línguas da mesma família, tem mais dificuldade em colocar esta problemática, a menos que se trate por exemplo de um historiador da cultura oriental, o qual rapidamente se apercebe que a uma diversa estrutura da língua corresponde uma diversa estruturação do real e uma diversa lógica.

Quando Lévi-Strauss critica Benjamin Lee Whorf não é porque ponha em causa os seus postulados, mas porque observa um desnível na maneira de abordar cada uma das áreas a comparar: enquanto a linguagem é submetida a um considerável esforço de abstração

tração, a cultura é tratada tal qual a observação a apresenta. Para Lévi-Strauss é indispensável, quando se pretende descobrir as correlações entre cultura e linguagem, que ambas sejam submetidas ao mesmo grau de formalização. De qualquer modo a correspondência entre língua e cultura não é, na sua opinião, nem total nem se verifica a todos os níveis:

“certas correlações são provavelmente possíveis de ser estabelecidas entre certos aspectos e a certos níveis, e trata-se para nós de descobrir quais são esses aspectos e onde estão esses níveis” (*Anthropologie structurale*, p. 91).

Esta abordagem da problemática cultura-linguagem obriga-nos a ser modestos nos nossos propósitos. Até porque o historiador, ao contrário do etnólogo, conta principalmente com a língua como instrumento de conhecimento de uma dada cultura, se executarmos aquilo que se costuma designar por cultura material, e que parcialmente chegou até nós. O que o historiador tem portanto a fazer é tentar descobrir entre que aspectos e a que níveis se pode estabelecer uma correlação entre uma dada cultura e uma dada língua.

Mas para atingir tal objetivo impõe-se-nos uma digressão pelas ciências da linguagem, a fim de recorrer aquelas que se apresentam como mais úteis ao trabalho do historiador.

Nestas duas últimas décadas a linguística tem-se imposto como uma ciência-modelo para as demais ciências humanas, mas por estranho que pareça as áreas linguísticas que mais interessam aos estudos históricos são precisamente aquelas áreas marginalizadas em relação à linguística estrutural: a lexicologia, a semântica, e ainda a retórica e a estilística.

O caráter marginal das duas primeiras disciplinas fica bem patente num texto de L. Hjelmslev nos *Essais linguistiques* (Paris, 1971). Ao contrário dos fonemas e dos morfemas, os elementos do vocabulário, os *vocabulos* ou *palavras*, são em número ilimitado e incalculável, o que dificulta a descrição estrutural. Além disso o vocabulário apresenta-se como a própria negação de um estado, de uma estabilidade, de uma sincronia, de uma estrutura. É por isso que qualquer tentativa para estabelecer uma descrição estrutural do vocabulário, e, com mais razão ainda, uma semântica estrutural, parece votada ao fracasso (p. 106-7). Assim a *lexicologia* continua a ser para Hjelmslev um vazio na linguística, reduzindo-se a uma *lexicografia* ou seja, simples enumeração de um efetivo instável e indeciso de certas grandezas mal definidas às quais se atribui uma

confusão inextricável de múltiplos empregos diferentes e aparentemente arbitrários. Do mesmo modo a *semântica*, “fruto tardio das disciplinas linguísticas”, tem dificuldade em encontrar o seu lugar no quadro de uma linguística estrutural.

O ceticismo em relação à possibilidade de uma lexicologia ou de uma semântica estrutural, revelado no texto de Hjelmslev que acabamos de referir, não impede contudo que o historiador se volte para essas disciplinas. É que ele não procura tanto um *modelo* de ciência a ser transposto para a sua área como *instrumentos* de trabalho para as suas análises, permanecendo portanto alheio a todos os esforços de “estruturalização” da lexicologia e da semântica que nestes últimos anos têm sido realizados principalmente em França.

Para o linguista o léxico aparece como um todo naturalmente caótico. Reflexo da multiplicidade do real, constitui uma espécie de depósito onde os sujeitos falantes vão buscar as palavras, conforme o ritmo das suas necessidades, e é a sua complexidade e heterogeneidade que assustam os linguistas. Pelo contrário, para o historiador é o léxico que constitui o principal atrativo quando, pela necessidade da pesquisa, ele se debruça sobre os estudos linguísticos. É o léxico de um estado de língua passado que inicialmente o atrai, pois ele lhe dá logo, de uma maneira imediata, a diferença entre a sociedade em que ele, historiador, vive, e aquela outra que constitui o seu objeto de estudo.

Mas não é o léxico cristalizado num dicionário do passado que se torna útil ao historiador, até porque muitas vezes os dicionários escasseiam para certas épocas. É o léxico tal qual surge em toda a variadíssima documentação, manuscrita ou impressa, com que ele tem de lidar. Decretos, devassas de polícia, listas de alêndega ou tratados científicos e sermões, constituem apenas alguns exemplos de textos que colocam o historiador perante o léxico de um estado de língua passado.

Denis Slak'a, no artigo “Les problèmes du lexique à la lumière de thèses et de travaux récents” (*Langue française*, maio de 1969), exprime claramente a perplexidade do linguista perante o léxico e chega à conclusão de que se pode conceber uma técnica que permita registrar as irregularidades, recolher as palavras com os seus sentidos, mas que em contrapartida é difícil imaginar de que maneira uma ciência se pode erguer sobre o irregular e o particular. Ou por outras palavras, aceita-se a lexicografia como técnica da confecção dos dicionários, enquanto se põe em dúvida uma ciência do léxico ou lexicologia (p. 87).

Perante a espantosa complexidade do léxico, perante o domínio ilimitado das palavras, quer o linguista quer o historiador tentam vários métodos para a estruturação do vocabulário. Resta saber se ambos trabalham com a mesma concepção de *estrutura*. Slakta, por exemplo, abandona a concepção empirista e realista de estrutura, tal como ela é expressa por Martinet, por a considerar totalmente incapaz de estruturar o léxico, e propõe uma concepção, que denomina marxista-althusseriana, de estrutura, de acordo com a qual não se trata mais de descobrir a estrutura latente, mas sim de produzir, de construir essa estrutura.

Mais do que o problema da estruturação do léxico, no trabalho que temos vindo a realizar na área da lexicologia, as dificuldades práticas surgiram principalmente em torno do próprio conceito de *unidade lexicológica*. Saussure aceita a unidade *palavra* como unidade da língua, dada a impossibilidade de delimitar a unidade concreta desta, e preocupa-se sobretudo com a questão da *unidade concreta da língua* não pode ser a palavra. Só acidentalmente aborda o problema da própria *unidade lexical*, ao escrever que muitas palavras são unidades complexas, nas quais se distinguem facilmente sub-unidades (sufixos, prefixos, radicais). Inversamente há unidades mais amplas do que as palavras: os compostos (porta-canetas), locuções (se faz o favor), as formas de flexão (tem sido), etc. Saussure portanto só alude ao problema que para nós é fundamental: o da unidade, não de língua, mas de léxico.

É Ch. Bally que coloca a questão nos termos que nos interessam. A observação das relações entre a fala (*parole*) e o pensamento mostra que, numa infinidade de casos, a palavra “vista” é uma ilusão; a unidade gráfica nem sempre recobre uma unidade de pensamento, quer essa unidade de pensamento seja uma representação concreta quer se trate de um conceito abstrato. Uma palavra não é portanto forçosamente uma *unidade lexicológica*, se por esta expressão entendemos aquilo que, num contexto falado ou escrito, corresponde a uma unidade *indecomponível* do pensamento (in Alain Rey, *La lexicologie*, p. 104).

Dado que nem sempre a *unidade lexicológica* coincide com a *unidade gráfica* (a palavra), umas vezes a primeira é uma parte da segunda (reler, colherada), outras vezes a segunda é uma parte da primeira (de repente).

Ch. Bally, no seu *Traité de stylistique française* (tomo I, § 77-80), trata de um outro problema, corolário do primeiro, ou seja a *delimitação* da unidade lexicológica, a sua maior ou menor *estabilidade*, e este problema assume uma importância extraordinária.

ria para o historiador na medida em que *a cada estado de língua e de cultura correspondem unidades lexicológicas diversas*, que caracterizam precisamente cada uma dessas épocas históricas. Segundo Bally, a combinação das palavras entre si varia dentro dos limites formados por dois casos extremos: 1.º a associação desagrega-se logo após a sua formação, e as palavras que a compunham recuperam a sua completa liberdade de se agruparem de outro modo; 2.º as palavras, à força de serem empregadas juntas para a expressão de uma mesma idéia, perdem toda a sua autonomia, deixam de se poder separar e só têm sentido pela sua reunião. Entre estes dois extremos há lugar para uma infinidade de casos intermédios difíceis de classificar.

Bally denomina *locuções fraseológicas* os grupos consagrados pelo uso; *séries* aqueles em que a coesão dos termos é apenas relativa, e *unidades*, aqueles em que ela é absoluta. Usando desta terminologia, diremos que para a história é o estudo das séries que se revela frutuoso, na medida em que cada cultura cria e usa de séries próprias que logo se desfazem para serem substituídas por outras.

Se nos referimos a Bally, e não à escola norte-americana de Bloomfield, Charles Hockett, Zellig H. Harris, Joseph H. Greenberg, é porque as preocupações do primeiro estão mais próximas das nossas do que as destes modernos analistas. Aliás, isto é perfeitamente natural, pois, como escreve Alain Rey, os linguistas interessados nas relações entre a língua e a vida-social utilizam sem hesitação o conceito de palavra, apesar de terem consciência das dificuldades linguísticas que ele apresenta (*La Lexicologie*, p. 116). Digamos que o historiador com preocupações linguísticas se encontra mais próxima dos linguistas antropólogos como Franz Boas, B. L. Whorf ou Edward Sapir do que dos linguistas “puros”. Para ele não constitui problema aceitar a unidade palavra; o que se lhe afigura árduo é determinar o grau de coesão entre grupos de palavras.

Cumprе estabelecer uma distinção entre o vocabulário sócio-profissional que simplesmente designa todas as atividades profissionais existentes numa dada sociedade, e o vocabulário de classificação social. Ou por outras palavras, existe um vocabulário social essencialmente denotativo e outro onde impera a conotação. E para o estudo deste último torna-se imprescindível a utilização da noção de *sintagma* tal como ela nos aparece em Saussure no *Cours de linguistique générale* (p. 170-1). No discurso, as palavras contraem entre si, em virtude do seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. Estes se alinham uns após outros

na cadeia da fala (*parole*). Colocado num sintagma, um termo só adquire o seu valor porque se opõe ao que precede ou segue, ou ambos. Por exemplo, o verbo *gozar* só adquire conotação social quando o vemos inserido na cadeia sintagmática a que pertence: “gozar de honras, graduações e preeminências”.

A propósito das relações sintagmáticas, Saussure levanta um problema que é extremamente importante para o historiador e que decorre da distinção saussuriana entre *língua e fala* (*langue et parole*): no domínio do sintagma não existe limite definido entre o fato de língua, marca do uso coletivo, e o fato de palavra, que depende da liberdade individual (p. 173). É neste espaço teórico que se desenvolve a pesquisa do historiador interessado em descobrir, num estado de língua determinado, os sintagmas próprios da língua nesse momento da sua história, e os sintagmas resultantes de um uso individual. Ou por outras palavras, importa ao historiador determinar em que medida por exemplo o sintagma “fofo cortesão” resulta apenas da liberdade de um indivíduo, o empregado público Luis dos Santos Marrocos, em colocar em série o adjetivo foro e o substantivo cortesão, ou se constituía uma expressão feita, um *cliché* próprio de um ou mais grupos.

Aqui se coloca um novo problema ao historiador-linguista na medida em que a distinção saussuriana entre *língua e fala* não leva em conta a distinção, importante ao nível do uso coletivo da linguagem, entre a língua de uma determinada comunidade e as línguas dos vários grupos sociais que constituem essa comunidade. Saussure não abordou o problema de uma sociologia da língua, tal como se começa a praticar em França, como podemos ver pelo recente artigo de Françoise Gadet, “Recherches récentes sur les variations sociales de la langue” (*Langue française*, n.º 9, fevereiro de 1971), muito embora esse campo já estivesse aberto desde 1956 com a obra de Marcel Cohen *Pour une sociologie du langage*.

Para Saussure o estudo da linguagem comporta duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social na sua essência e independente do indivíduo; e uma outra secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, isto é, a fala (p. 37). Ora, o ser social da língua não se nos apresenta como um bloco uniforme, mas sim como um agregado de línguas, cada uma delas diferente em função das variantes sociais. É o papel destas que importa assinalar, quer para o historiador-linguista, quer para o sócio-linguista. Como escreve Françoise Gadet, estudando a sociolinguística das relações entre as variações linguísticas e as variações sociológicas, o sociolinguista deve tentar mostrar se a variação de linguagem de

um locutor para outro é determinada, e no caso afirmativo, como e porquê.

Esta problemática interessa simultaneamente o historiador-linguista e o sociolinguista, mas do ponto de vista da pesquisa este encontra-se naturalmente numa situação muito mais favorável, dado que o seu “estado de língua” é o mesmo do objeto estudado. O historiador pelo contrário tem de acrescentar às dificuldades inerentes à pesquisa sociolinguística o facto de estudar um “estado de língua” diverso do seu.

Os membros de uma comunidade linguística são capazes de *intuitivamente* classificar socialmente um indivíduo a partir da linguagem que fala e hoje fazem-se experiências deste tipo com pessoas pertencentes a vários grupos e de sexo e idade diferentes. Também aqui o historiador se encontra numa situação desfavorável. A massa documental que estuda foi-lhe legada apenas por *alguns* grupos sociais, estando outros totalmente omissos no que se refere a uma amostra linguística, ou, quando muito, estarão insuficientemente representados. Quantos textos escritos por escravos ou jornalheiros possui o historiador do século XIX brasileiro? O sociolinguista tem o recurso do depoimento oral; o historiador está confinado ao texto escrito e sabemos perfeitamente que a escritura sempre assumiu nas sociedades o papel de um privilégio de alguns grupos apenas. Quando muito o historiador pode chegar a estabelecer as variações entre a língua do nobre, do empregado público, do negociante, do militar; poderá ainda comparar os seus textos em função da variante idade, pois lhe será fácil coligir documentos escritos por gerações diversas, ainda que contemporâneas. Mas a língua do escravo, do artesão, do tropeiro ou por outro lado da mulher permanecerão fora das suas possibilidades de pesquisa.

Embora colocados em situações de pesquisa diversas, o problema fundamental que se põe ao historiador e ao sociolinguista é o seguinte: quais são no discurso de um indivíduo os índices da sua posição social?

Das duas áreas principais da estilística moderna, *estilística da língua* e *estilística do indivíduo*, é sem dúvida a primeira que mais interesse desperta ao historiador da cultura que abandonou o estudo dos grandes vultos para se entregar ao campo mais amplo da cultura de toda uma sociedade. Simplesmente quando nos referimos à estilística da língua não pensamos na descrição dos recursos expressivos próprios de uma língua dada (o português, o francês, etc.) em função do sistema fonológico, gramatical e lexical dessa língua, mas sim de um determinado *estado de língua* (*état de lan-*

gue) no sentido saussuriano. Ou por outras palavras, não nos atrai uma estilística do português, mas sim do português de um determinado momento da sua história.

Empregamos aqui a noção de *estado de língua* tal como Ferdinand de Saussure a definiu no *Cours de linguistique générale*: um espaço de tempo mais ou menos longo durante o qual é mínima a soma das modificações sobrevindas (p. 142). Podem ser dez anos, uma geração, um século, ou mesmo mais. Não só o estado de língua pode ter uma duração variável, como também, na sua delimitação, é necessário desprezar certas transformações mínimas que sempre ocorrem na língua.

Se o historiador fala de *épocas* não poderia também o linguista fazer nos mesmos termos em vez de usar estados? A exploração mais ou menos brusca tendente a modificar o estado cação de Saussure para a preferência por este termo é que o início e o fim de uma época são geralmente marcados por alguma de coisas estabelecido, e a palavra estado evita a suposição de que algo de semelhante acontece na língua (*ibidem*).

Entre a estilística da língua e a estilística do indivíduo seria extraordinariamente importante para o historiador que se constituísse portanto uma estilística dos diversos estados de uma mesma língua.

O historiador da cultura, perante o *corpus* constituído por exemplo pelos textos saídos dos prelos da Imprensa Régia, não pode deixar de pensar o problema *estilo* e de lembrar-se de que o próprio conceito de *língua literária* se encontra na origem do *cliché* escrito. Michael Riffaterre, nos seus *Essais de stylistique structurale* descreve o modo como se formaram os clichés durante a fase em que se distinguiu de uma maneira nítida a língua literária do *sermo cottidianus*. Dado que a prosa elevada, do século XVII à primeira metade do século XIX, se diferencia e hierarquiza por restrições de vocabulário, a eliminação de uma parte do léxico devia aumentar a frequência das palavras restantes. Daí uma proliferação de estereótipos, que a doutrina então reinante da imitação de modo a'gum condenava (pág. 171).

O historiador lida apenas com textos escritos, mas muitos deles foram na sua época mensagens orais e portanto concebidas como tal, muito embora posteriormente tenham sido conservadas sob forma escrita. Ora, essa aparente igualdade dos textos do passado faz esquecer ao historiador a diferença inicial, certamente marcada pela dicotomia estilística do oral e do escrito.

Utilizando as noções de *código*, *codificador*, *decodificador*, etc., Michael Riffaterre em *Essais de stylistique structurale* chama a atenção para essa diferença estilística que importa ao historiador não perder de vista. A tarefa do autor como codificador da mensagem é mais determinante do que a do locutor. É certo que este tem de vencer a inércia do destinatário, a sua distração, o curso divergente ou hostil do seu pensamento; frequentemente se vê obrigado a sublinhar, a acentuar os pontos mais importantes do discurso. Mas por seu lado o escritor tem de fazer mais ainda para que a sua mensagem passe, pois não dispõe dos meios linguísticos ou extralinguísticos de expressão (enfocação, gestos, etc.), que têm de ser substituídos por outros processos de instância (hipérbole, metáfora, ordem de palavras pouco habitual, etc.). Além disso o locutor pode adaptar a sua fala às necessidades e às reações do destinatário, enquanto o escritor tem de prever falta de atenção ou desacordos potenciais de toda a espécie e dar aos seus processos uma eficácia máxima válida para um número ilimitado de destinatários (p. 33).

Quantos historiadores, preocupados com a análise do discurso político, souberam levar em conta e analisar a dois níveis diferentes a intervenção de um deputado na assembléia, registrada por um taquígrafo, e o texto político escrito publicado em jornal ou livro? Poder-se-á objetar que o historiador não precisa de fazer tal distinção de níveis uma vez que essas diferenças são puramente formais e que ele está fundamentalmente interessado numa análise de conteúdo, ou seja num levantamento dos enunciados políticos, proferidos ou escritos pouco importa. Esta posição corresponde a uma visão atomística do discurso político na qual os enunciados têm valor histórico em si e por si próprios, sem precisarem de ser inseridos num sistema de correlações e oposições. Tudo se passa como se o historiador se limitasse a constatar a presença ou ausência de determinados enunciados por crer que esta presença ou ausência são por si sós significativas, esquecendo que existem entre esses enunciados relações que dão a cada um o seu peso específico dentro do sistema em que se inserem. Ora nada melhor do que a comparação de textos políticos estilisticamente diferentes, devido à sua dimensão oral ou escrita, para nos apercebermos claramente do lugar que ocupa cada enunciado dentro do sistema político a que pertence.

Existe atualmente uma já longa bibliografia referente ao vocabulário político, mas é escassa a lista de trabalhos sobre aquilo que poderíamos denominar a Retórica política. Nela deveremos

contudo referir o artigo de Joëlle Tamine, "Les métaphores chez Robespierre et Saint Just" (*Langue française*, setembro de 1972).

Principalmente para o estudo dos textos políticos do passado, quando a política não aspirava a ser uma ciência e se conformava com o estatuto de arte, quando aqueles que emitiam discursos políticos tinham diante de si os modelos da Retórica sagrada, a qual por sua vez frequentemente se metamorfoseava em política, parece-nos mais pertinente a análise ao nível retórico do que ao nível lexical.

É certo que com o aparecimento das monarquias constitucionais se foi a pouco e pouco criando um vocabulário específico, técnico, criado em consequência das novas práticas políticas (eleição, voto, representante, etc.), mas este vocabulário técnico, designativo e não conotativo, reveste-se de um peso mínimo quando comparado com os clichês, as metáforas, os sintagmas imaginativamente compostos.

Para um historiador que começa a interessar-se pela Linguística e que pensa recorrer a esta ciência no decorrer da sua pesquisa, nada mais natural, dada a ausência de uma formação específica no que se refere aos problemas da sinaxe ou da semântica, do que iniciar as suas novas abordagens apenas pelo léxico. Subjacente a esta atitude encontra-se um postulado, referido por Régine Robin em *Histoire et linguistique* como o postulado do *isomorfismo* entre grupos socio-políticos e léxico:

"Cada grupo político se ia identificável pelo emprego específico que faria de certas palavras. Dadas e conhecidas as atitudes políticas, espera-se que lhes correspondam clivagens linguísticas, ou mais exatamente lexicais, pertinentes. O vocabulário seria assim uma espécie de etiqueta colocada sobre cada grupo político, na qual se desdobaria uma visão do mundo coerente, uma linguagem específica. Em última análise não seria necessário conhecer a posição política deste ou daquele indivíduo, o seu vocabulário seria suficiente para definir, para lhe atribuir um lugar preciso no xadrez político. Chegou-se assim a fazer da palavra o índice de um comportamento político" (p. 39).

Postulado ingênuo e simplista que de modo nenhum conduz à análise adequada do discurso político, mais complexo e variado. Essencialmente polémico, embora por vezes com pretensões a científico, o discurso político é caracterizado pela *redundância*, isto é, pelo recurso a frases nas quais todos os termos empregados contri-

buem para fortalecer a oposição que o locutor político tem em vistas apresentar. Tomemos como exemplo a seguinte frase:

“os inimigos do Estado são os que internamente o pretendem lacerar com discórdias e rasgar-lhe o seio com facciosos partidos”.

Este é um caso bem típico e que mostra suficientemente a inadequação de uma análise puramente lexical. Esta atenderia apenas nos sintagmas *inimigos do Estado* e *facciosos partidos*, sem prestar atenção ao uso do verbo *lacerar* ou da expressão *rasgar o seio*, destinados a exprimir afetivamente, a tornar visível, concreto, o mal que os partidos e as facções fazem ao “corpo” do Estado, metáfora constantemente presente no discurso político.

Polêmico, o discurso político insiste constantemente num sistema de oposições simples que comandam o seu aspecto formal; a linguagem política opõe o bem e o mal, a sinceridade e a mentira, o visível e o oculto, a realidade e a quimera, a atividade e a passividade, e como um discurso estruturado em torno de uma oposição simples se casa mal com uma argumentação de tipo lógico, é a força de expressão, são por assim dizer os círculos concêntricos, repetitivos de um mesmo *leit-motiv*, que suprem a ausência de um discurso argumentativo. Como escreve Michel Launay a propósito de certos textos políticos de Rousseau, a utilização da Retórica é sinal de uma fraqueza lógica (*Jean-Jacques Rousseau écrivain politique*, Grenoble, 1971, p. 169).

Vocabulário técnico e figuras de retórica misturam-se em graus que variam com os locutores, com os públicos, com os tipos de discurso e é preciso que a análise do discurso político determine precisamente essa percentagem, que ela se prenda não apenas ao uso do vocábulo *revolução* mas também ao fato de se empregarem metáforas sonoras (*explosão, estrondo, trovada*) ou visuais (*incêndio, fogo, chamas*) como substitutivos. Encontrando-se mais próximo do discurso literário do que do discurso científico, o discurso político tem de ser analisado sucessivamente ao nível lexical, ao nível retórico e ao nível estilístico, sem o que a sua função numa determinada sociedade não pode ser convenientemente estudada pelo historiador.

Se percorrermos contudo os trabalhos mais recentes dos historiadores-linguistas que têm estudado o discurso político, principalmente os dos pesquisadores franceses, veremos que as variadas direções de pesquisa não coincidem com o método que acabamos de propor. Há o grupo que trabalha com métodos estatísticos (pesquisadores do laboratório de lexicometria da *Ecole Normal Supérieure* de Saint-Cloud); existe na mesma instituição um outro grupo que

se preocupa fundamentalmente com os campos semânticos; um outro grupo que adota o método da análise dos enunciados e finalmente um outro que publicou trabalhos inspirados na análise sêmica. Seria demasiado longo apontar os inconvenientes destes diferentes métodos e os problemas que levantam. De uma maneira geral podemos contudo afirmar que os artigos e livros até agora escritos nos parecem mais brilhantes execuções técnicas, sofisticados exercícios metodológicos que evitam as grandes dificuldades da análise do discurso político: as suas dimensões retórica e estilística.

* *

*

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *José Faganello* (FAFI. Piracicaba. SP).

Pergunta:

“Como fazer hoje para precisar com acerto, sem cair no perigo de uma polemização esteril, o significado exato de palavras usadas em épocas anteriores à nossa e que atualmente se tornaram dúbias? (dá como exemplo as palavras — *classe social*)”.

*

Do Prof. *Oliveira Leite Gonçalves* (UFGO).

Pergunta:

“A Linguística pode ser um currículo precioso para estudos da Pré-história dos povos? Na ausência de documentos o simples testemunho da linguagem, quer falada, quer escrita, pode ser um testemunho de encontros de povos, por meio de palavras de outros idiomas, bem como da conceituações alheias? Há estudos nesse sentido?”

*

Do Prof. *Nilo Odalia* (FAFI. Assis. SP).

Pergunta:

“Estando de acordo com a Au'ora quanto ao papel que pode desempenhar a Linguística na análise histórica, solicitaria melhores esclarecimentos sobre a distinção entre denotação e conotação, visto que o exemplo dado não me parece o mais feliz.”

*

Do Prof. *Gadiel Perruci* (UFPe).

Disse:

“Jean Roche estudando os discursos políticos da campanha eleitoral francesa para a Presidência da República em 1969, chegou através de um estudo frequencial a estabelecer o seguinte:

1.º). — os políticos da direita se utilizam mais frequentemente dos adjetivos;

2.º) — os políticos de esquerda se utilizam mais frequentemente dos advérbios.

Qual o sentido de pesquisa desse tipo dentro da Linguística ou de uma possível História frequencial?” (*).

* *

*

(*) — A Autora deixou de enviar, por escrito, à mesa as respostas dadas em plenário (*Nota da Redação*).